



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alfenas
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001
Telefone: (35) 3701-9102, 3701-9103 - <http://www.unifal-mg.edu.br>

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 132/2022

**Lei nº 14.133/2021
IN 67/2021**

Contratação de serviços de revisão da redação dos capítulos, que se apresentam em parte na língua portuguesa e em parte na língua espanhola.

1. OBJETO

1. A Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Autarquia de Regime Especial, “ex vi” da Lei nº 11.154, de 29 de julho de 2005, inscrita no CNPJ sob o nº 17.879.859/0001-15, com sede na cidade de Alfenas, na Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a Dispensa Eletrônica para à **contratação de serviços de revisão da redação dos capítulos, que se apresentam em parte na língua portuguesa e em parte na língua espanhola**, da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil), observadas as disposições na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e Instrução Normativa nº 67, de 08 de julho de 2021 e ainda as condições estipuladas neste Aviso e Termo de Referência.

2. ABERTURA

Data de abertura da Sessão: 17/11/2022

Horário de início da Etapa dos lances: 08:00 h

Período da Etapa de Lances: 07:00 h

Link para acesso: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Revisão da redação dos capítulos, que se apresentam em parte na língua portuguesa e em parte na língua espanhola, da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina".

3.1.1 Revisão ortográfica de 60.367 palavras em português (Apresentação e Capítulos 2, 7, 8, 10, 11, 12 e 13) e revisão ortográfica de 54.785 palavras em espanhol (Prefacio, Presentación e Capítulos 1, 3, 4, 5, 6 e 9) da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil).

3.2 Todos os direitos autorais pertencem ao(s) autor(es) da obra "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil) e da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, protegidos na forma da Lei nº 9.610/98. Sua violação implica em responsabilidade penal.

4. DISPOSIÇÕES INICIAIS

4.1 As especificações contidas neste Aviso da Dispensa de Licitação Eletrônica, e em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes no Aviso divulgado no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Em caso de divergência nas especificações, prevalecerão as constantes do Aviso da Dispensa de Licitação Eletrônica, dos avisos e esclarecimentos lançados na Página de licitações, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.

4.2 A proposta de preços deverá ser apresentada em moeda nacional, preços unitários e totais, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, **incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.**

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FASE D ELANCES

5.1 O critério de julgamento será pelo **menor preço por ITEM.**

5.2 Fase de Lances

5.2.1 A partir das 8h00 da data determinada para abertura, conforme consta no Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão será aberta pelo sistema, Portal Compras do Governo Federal, para o envio de lances.

5.2.2 Os lances serão enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico pelo Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br> Portal Compras do Governo Federal.

5.2.3 O horário de encerramento da etapa de lances está estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica e publicado na página da UNIFAL-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.

5.2.4 O intervalo mínimo de valores entre os lances é de R\$ 1,00 (um) real.

6. DA DIVULGAÇÃO, DA PARTICIPAÇÃO E DA PROPOSTA

6.1 A data de abertura da sessão pública, bem como o horário de início da fase de lances estão divulgados neste Aviso e também no Portal: Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também no sítio da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no endereço: www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento ou solicitá-los através do endereço eletrônico: compras@unifal-mg.edu.br.

6.2 Após divulgação da Dispensa de Licitação Eletrônica, as empresas interessadas em participar, deverão cadastrar suas propostas por meio do Portal Compras Governamentais por meio do link de acesso: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.3 Esta Dispensa Eletrônica é destinada a Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, conforme inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

6.4 Após a abertura da Dispensa de Licitação Eletrônica as empresas participantes **deverão acompanhar o andamento da sessão para envio de proposta, caso sejam convocadas.**

6.5 A empresa vencedora da Dispensa Eletrônica deverá enviar a proposta e catálogo, **no prazo de 20 (vinte) horas, a partir da convocação**, através do Portal Compras Governamentais.

6.5.1 A proposta formalizada deverá conter: especificação detalhada dos serviços, preço unitário e total, quando convocada.

6.5.2 O não envio da proposta no prazo estabelecido no item 6.4 deste Aviso e também do Termo de Referência ou a inércia da empresa em responder à Instituição quando convocada, terá sua proposta desclassificada.

6.6 O Prazo de entrega e da prestação dos serviços deverá ser observado na cláusula que menciona prazo de entrega do objeto.

6.7 O CNPJ da Empresa constante da proposta deverá ser mesmo cadastrado no sítio de Compras Governamentais no momento do cadastramento/lançamento da proposta.

6.7.1 Está proibido constar na proposta dados e números de documentos pessoais, tais como: Cadastro de Pessoa Física - CPF; Identidade - RG; Título de Eleitor; Carteira Nacional de Habilitação - CNH; Carteira de Trabalho; Passaporte; Endereço Residencial e demais dados e documentos pessoais das pessoas e/ou responsáveis da empresa.

6.7.1.1 Caso conste alguma informação de dados pessoais na proposta, esta deverá ser retificada para suprimir a informação.

6.8 A Empresa vencedora, quando convocada para envio de documentação, por meio de mensagem através do portal de Compras Governamentais <https://www.gov.br/compras/pt-br> referente a Dispensa Eletrônica em que está participando, **deverá enviar as certidões fiscais.**

6.9 A Empresa vencedora, quando convocada por meio de mensagem através do portal de Compras Governamentais <https://www.gov.br/compras/pt-br> referente a Dispensa Eletrônica em que está participando sobre pedido de esclarecimento, deverá retornar e enviar as informações para elucidar, confirmar, sanar os questionamentos remetidos e envio de documentação, quando solicitados.

6.10 O não envio da proposta, certidões fiscais, não esclarecimento de questionamento e/ou outro documento que for solicitado ou a inércia da empresa em responder à Instituição quando convocada, terá sua proposta desclassificada.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Será habilitado o Fornecedor que estiver regularmente cadastrado no SICAF e que esteja com a Regularidade Fiscal Federal e a Regularidade Trabalhista válidas bem como Relatório do TCU das Certidões: CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CGU), CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU) e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas demonstrando que a empresa não possui nenhum impedimento.

7.1.1 Poderão ser solicitadas, no momento da habilitação na Dispensa de Licitação Eletrônica, as Certidões Estadual e Municipal.

7.1.1.1 Em atendimento ao art. 68, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, para fins de comprovação da Regularidade Fiscal Estadual, será considerada a certidão emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do domicílio ou sede do Fornecedor, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

7.2 Para os **serviços a serem executados a empresa deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica** fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de capacidade para executar serviços de natureza similar ao objeto deste Termo de Referência.

7.2.1 O Atestado deverá ser emitido em papel timbrado e deverá conter telefone e endereço para verificação de autenticidade.

7.2.2 A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), quando solicitadas.

8. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ENTREGA DO OBJETO

8.1 A Revisão ortográfica possui 60.367 palavras em português (Apresentação e Capítulos 2, 7, 8, 10, 11, 12 e 13) e revisão ortográfica de 54.785 palavras em espanhol (Prefacio, Presentación e Capítulos 1, 3, 4, 5, 6 e 9) da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil).

8.1 Declarada vencedora, será emitida a Nota de Empenho no valor total da contratação.

8.2 Será enviado por e-mail à CONTRATADA a Nota de Empenho e a Ordem de Serviço - OS para início da execução, juntamente com 1(um) arquivo eletrônico em word com a coletânea completa.

8.3 A CONTRATADA deverá entregar como serviço prestado, **2 (dois) arquivos eletrônicos em word editáveis:**

- **1 (um) arquivo com a coletânea com as correções e comentários do revisor;**
- **1 (um) arquivo com as correções já incorporadas ao texto.**

8.3.1 Os arquivos deverão ser enviados para o e-mail: **luis.groppo@unifal-mg.edu.br**

8.3.2 Após o recebimento da Nota de Empenho e a OS, a CONTRATADA terá o prazo de **até 30(trinta) dias**, para a execução do objeto.

8.4 Recebidos os arquivos, os organizadores do livro e pelo Prof. Luís Antônio Groppo possuirão um prazo de **até 15(quinze dias)** para verificação dos arquivos. Caso haja necessidade de qualquer correção nos arquivos enviados, a CONTRATADA terá um novo prazo de **até 15(quinze) dias** corridos para fazer as correções apontadas e reencaminhar os arquivos corrigidos.

8.5 O requisitante terá o mesmo prazo de **até 15(quinze) dias corridos** para reanálise dos arquivos.

8.6 Aprovados os arquivos será encaminhado o **atestado de aprovação**, que autoriza a CONTRADA emitir a nota fiscal do serviço executado.

8.7 O descumprimento de qualquer prazo para a entrega dos arquivos será caracterizado inadimplência contratual com a devida aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

8.8 Os serviços devem ser executados de acordo com as condições do Termo de Referência.

8.9 O Fornecedor vencedor se obriga a cumprir plenamente o previsto no artigo 121 da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

9. LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS LIVROS

9.1. Almojarifado Central da Universidade Federal de Alfenas – Sede - UNIFAL-MG, Rua Pio XII, 794 – Centro - **Alfenas/MG** – CEP 37130-223, em dias úteis, e, será recebido somente nas condições exigidas no Termo de Referência.

9.1.1 O horário de entrega deverá ser verificado com o Almojarifado Central, por meio do telefone (35) 3701 9107 e/ou e-mail: almojarifado@unifal-mg.edu.br.

9.2 A entrega dos livros ocorrerá por conta da Empresa Contratada.

10. DOS PRAZOS PARA ENVIO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 A Empresa interessada em participar desta Dispensa de Licitação Eletrônica terá que examinar o Termo de Referência e o Aviso de Dispensa Eletrônica, disponíveis no sítio da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no endereço: www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento ou solicitá-los através do endereço eletrônico: compras@unifal-mg.edu.br. Alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus Documentos de Habilitação ou na Proposta.

10.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes à Dispensa de Licitação Eletrônica deverão ser enviados **até às 10 horas do dia útil anterior** ao prazo de abertura para a disputa dos lances da Dispensa de Licitação Eletrônica, **exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: compras@unifal-mg.edu.br**.

10.3 Em tendo necessidade de prorrogar a data de abertura desta Dispensa de Licitação Eletrônica, os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados **até às 10 horas do dia útil anterior** ao novo prazo de abertura para a disputa dos lances da Dispensa de Licitação Eletrônica e também deverão ser enviados **exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: compras@unifal-mg.edu.br**.

10.4 Os pedidos de esclarecimentos enviados fora dos prazos estabelecidos neste Aviso (cláusulas 10.2 e 10.3) e no Termo de Referência, **não serão apreciados.**

11 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Conforme estabelecido na **Cláusula 15 do Termo de Referência**.

12 DAS DEMAIS CLÁUSULAS

12.1 As Demais Cláusulas estão estabelecidas no Termo de Referência que encontra-se anexo a este Aviso.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 **As empresas interessadas em participar da Dispensa Eletrônica deverão verificar na íntegra as cláusulas deste Aviso e do Termo de Referência .**

13.2 A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Alfenas, 09 de novembro de 2022.

PROF. DR. MAYK VIEIRA COELHO
Pró-Reitor de Administração e Finanças
UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Mayk Vieira Coelho, Pró-Reitor de Administração e Finanças**, em 09/11/2022, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0859763** e o código CRC **326E03F8**.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alfenas
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001
Telefone: (35) 3701-9102, 3701-9103 - <http://www.unifal-mg.edu.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23087.016952/2022-51

Dispensa de Licitação Eletrônica

Lei nº 14.133/2021
IN 67/2021

Contratação de serviços de revisão da redação dos capítulos, que se apresentam em parte na língua portuguesa e em parte na língua espanhola.

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade a **contratação de serviços de revisão da redação dos capítulos, que se apresentam em parte na língua portuguesa e em parte na língua espanhola**, da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil), para atendimento às necessidades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, conforme especificações e exigências constantes deste Termo de Referência e do Aviso de Dispensa de Licitação.

1.2 Descrição Do Objeto:

1.2.1 Revisão da redação dos capítulos, que se apresentam em parte na língua portuguesa e em parte na língua espanhola, da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina".

1.2.1.1 Revisão ortográfica de 60.367 palavras em português (Apresentação e Capítulos 2, 7, 8, 10, 11, 12 e 13) e revisão ortográfica de 54.785 palavras em espanhol (Prefácio, Presentación e Capítulos 1, 3, 4, 5, 6 e 9) da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil).

1.2.2 Para atendimento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG, **os serviços objeto deste Termo, deverão atender as especificações detalhadas**

constante deste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica.

1.3 Todos os direitos autorais pertencem ao(s) autor(es) da obra "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil) e da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, protegidos na forma da Lei nº 9.610/98. Sua violação implica em responsabilidade penal.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 As especificações contidas neste Termo de Referência constarão no Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, e em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes no Aviso divulgado no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Em caso de divergência nas especificações, prevalecerão as do Termo de Referência e no Aviso da Dispensa de Licitação Eletrônica, dos avisos e esclarecimentos lançados na Página de licitações, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.

2.2 A proposta de preços deverá ser apresentada em moeda nacional, preços unitários e totais, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Termo de Referência e no Aviso da Dispensa de Licitação Eletrônica, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, **incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.**

2.3 O critério de julgamento será pelo **menor preço por ITEM.**

2.3.1 Fase de Lances

2.3.1.1 A partir das 8h00 da data determinada para abertura, conforme consta no Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão será aberta pelo sistema, Portal Compras Governamentais, para o envio de lances.

2.3.1.2 Os lances serão enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo por meio do Portal Compras Governamentais.

2.3.1.3 O horário de encerramento da etapa de lances está estabelecido no Aviso de Dispensa Eletrônica, publicado na página da UNIFAL-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.

2.3.2 O intervalo mínimo de valores entre os lances é de R\$ 1,00 (um) real.

2.4 Habilitação

2.4.1 Será habilitado o Fornecedor que estiver regularmente cadastrado no SICAF e que esteja com a Regularidade Fiscal Federal e a Regularidade Trabalhista válidas bem como Relatório do TCU das Certidões: CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CGU), CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU) e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas demonstrando que a empresa não possui nenhum impedimento.

2.4.1.1 Poderão ser solicitadas, no momento da habilitação na Dispensa de Licitação Eletrônica, as Certidões Estadual e Municipal.

2.4.1.1.1 Em atendimento ao art. 68, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, para fins de comprovação da Regularidade Fiscal Estadual, será considerada a certidão emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do domicílio ou sede do Fornecedor, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

2.4.2 Para os **serviços a serem executados a empresa deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica** fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de capacidade para executar serviços de natureza similar ao objeto deste Termo de Referência.

2.4.2.1 O Atestado deverá ser emitido em papel timbrado e deverá conter telefone e endereço para verificação de autenticidade.

2.4.2.2 A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), quando solicitadas.

2.5 Após divulgação da Dispensa de Licitação Eletrônica, as empresas interessadas em participar, deverão cadastrar suas propostas por meio do Portal Compras Governamentais por meio do link de acesso: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

2.6 Após a abertura da Dispensa de Licitação Eletrônica as empresas participantes **deverão acompanhar o andamento da sessão para envio de proposta, caso sejam convocadas.**

2.7 A empresa vencedora da Dispensa Eletrônica deverá enviar a proposta, **no prazo de 20 (vinte) horas, a partir da convocação**, através do Portal Compras Governamentais.

2.7.1 O não envio da proposta no prazo estabelecido no item 2.7 deste Termo de Referência ou a inércia da empresa em responder à Instituição quando convocada, terá sua proposta desclassificada.

2.8 A data de abertura da sessão, bem como o horário de início da fase de lances estarão

divulgados no Portal: Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também no sítio da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no endereço: www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento ou solicitá-los através do endereço eletrônico: compras@unifal-mg.edu.br.

2.9 A Licitante vencedora deverá enviar via Portal Compras Governamentais proposta formalizada contendo: especificação detalhada do item, preço unitário e total, quando convocada.

2.9.1 A proposta deverá conter:

- 2.9.1.1 Especificação detalhada dos serviços;
- 2.9.1.2 Preço unitário e total;
- 2.9.1.3 Quantidade;
- 2.9.1.4 Unidade / Embalagem / serviço;
- 2.9.1.5 Marca ofertada;
- 2.9.1.6 Garantia, se houver;
- 2.9.1.7 Prazo de validade da proposta;
- 2.9.1.8 Prazo de execução dos serviços e entrega dos livros;
- 2.9.1.9 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Empresa;
- 2.9.1.10 Endereço físico da Empresa;
- 2.9.1.11 Endereço eletrônico e telefone da Empresa, para contato.

2.9.2 O Prazo da prestação dos serviços e da entrega dos livros, deverá ser observado na cláusula que menciona prazo de entrega do objeto.

2.9.3 O CNPJ da Empresa constante da proposta deverá ser o mesmo cadastrado no sítio de Compras Governamentais no momento do cadastramento/lançamento da proposta.

2.9.4 Está proibido constar na proposta dados e números de documentos pessoais, tais como: Cadastro de Pessoa Física - CPF; Identidade - RG; Título de Eleitor; Carteira Nacional de Habilitação - CNH; Carteira de Trabalho; Passaporte; Endereço Residencial e demais dados e documentos pessoais das pessoas e/ou responsáveis da empresa.

2.9.4.1 Caso conste alguma informação de dados pessoais na proposta, esta deverá ser retificada para suprimir a informação.

2.10 A Empresa vencedora, quando convocada para envio de documentação, por meio de mensagem através do portal de Compras Governamentais <https://www.gov.br/compras/pt-br> referente a Dispensa Eletrônica em que está participando, **deverá enviar as certidões fiscais.**

2.11 A Empresa vencedora, quando convocada por meio de mensagem através do portal de Compras Governamentais <https://www.gov.br/compras/pt-br> referente a Dispensa Eletrônica em que está participando sobre pedido de esclarecimento, deverá retornar e enviar as informações para elucidar, confirmar, sanar os questionamentos remetidos e envio de documentação, quando solicitados.

2.12 O não envio da proposta, catálogo, certidões fiscais, não esclarecimento de questionamento e/ou outro documento que for solicitado ou a inércia da empresa em responder à Instituição quando convocada, terá sua proposta desclassificada.

2.13 A Proposta deverá ter validade de **30 (trinta) dias, contados da data da homologação da Dispensa de Licitação Eletrônica.**

2.14 Todos os dispositivos deste Termo de Referência deverão ser seguidos rigorosamente.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação de Pessoa Jurídica para atendimento ao objeto deste Termo de Referência e tem amparo legal na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e Instrução Normativa nº 67/2021.

3.2 Esta Dispensa Eletrônica é destinada a Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, conforme inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4. JUSTIFICATIVA

4.1 Justifica-se a contratação dos serviços de da redação dos capítulos, que se apresentam em parte na língua portuguesa, em parte na língua espanhola, da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina" uma vez que a coletânea está sendo organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil), com autores do Brasil e de outros países da América Latina. Luís Antonio Groppo, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UNIFAL-MG, participa com um capítulo dessa coletânea, com o título de "Repertórios autonomista e populista radical nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil: dimensões educacionais e formação política", cuja versão final conta com a coautoria dos estudantes de graduação em Ciências Sociais, bolsistas de iniciação científica, Gislene da Silva, Emerson Costa Carvalho Souza e Vitória Neres Soares.

4.2 Cabe ressaltar que a associação da UNIFAL-MG e do seu PPGE à publicação, inclusive com a identificação dos logos das instituições e o reconhecimento da participação no financiamento dela, será importante para o reconhecimento do PPGE e da UNIFAL-MG no campo da pesquisa em Ciências Humanas, estabelecerá relações interinstitucionais diversas, no Brasil e América Latina, de autoras e autores dos demais capítulos, além dos organizadores, além de ser uma ação de internacionalização relevante.

4.3 O PPGE da UNIFAL-MG está buscando melhorar seu conceito na Avaliação CAPES, buscando atender objetivos como relações interinstitucionais e internacionalização. A publicação com o apoio do PPGE a UNIFAL-MG contribui com a consecução desses objetivos.

4.4 Nesse relevante trabalho sobre movimentos sociais na América Latina, o capítulo de autoria de Luís Antônio Groppo com estudantes contribui debatendo temas educacionais, relacionados à pesquisa coordenada por Luís Antônio Groppo, abrigada pelo PPGE - "As dimensões Educacionais das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil" - e à Linha de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos, ideias e políticas do PPGE.

5. VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL ESTIMADO

5.1 O valor de referência foi baseado em pré-cotações realizadas no mercado, com valor total estimado em **R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**.

5.2 Foram utilizados 3 (três) orçamentos orçamentos para a contratação dos serviços como referência para composição dos preços.

5.3 Foi utilizado também o Relatório extraído no Portal Banco de Preços de contratações realizadas por outros órgãos públicos de serviços semelhantes, para complementar o preço de referência.

6. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ENTREGA DO OBJETO

6.1 A Revisão ortográfica possui 60.367 palavras em português (Apresentação e Capítulos 2, 7, 8, 10, 11, 12 e 13) e revisão ortográfica de 54.785 palavras em espanhol (Prefacio, Presentación e Capítulos 1, 3, 4, 5, 6 e 9) da coletânea "Movimentos sociais e Autonomias: imaginação, experiências e teoria na América Latina", organizada por Gustavo Oliveira (UNAM, México) e Monika Dowbor (UNISINOS, Brasil).

6.1 Declarada vencedora, será emitida a Nota de Empenho no valor total da contratação.

6.2 Será enviado por e-mail à CONTRATADA a Nota de Empenho e a Ordem de Serviço - OS para início da execução, juntamente com 1(um) arquivo eletrônico em word com a coletânea completa.

6.3 A CONTRATADA deverá entregar como serviço prestado, **2 (dois) arquivos eletrônicos em word editáveis:**

- **1 (um) arquivo com a coletânea com as correções e comentários do revisor;**
- **1 (um) arquivo com as correções já incorporadas ao texto.**

6.3.1 Os arquivos deverão ser enviados para o e-mail: **luis.groppo@unifal-mg.edu.br**

6.3.2 Após o recebimento da Nota de Empenho e a OS, a CONTRATADA terá o prazo de **até 30(trinta) dias**, para a execução do objeto.

6.4 Recebidos os arquivos, os organizadores do livro e pelo Prof. Luís Antônio Groppo possuirão um prazo de **até 15(quinze dias)** para verificação dos arquivos. Caso haja necessidade de qualquer correção nos arquivos enviados, a CONTRATADA terá um novo prazo de **até 15(quinze) dias** corridos para fazer as correções apontadas e reencaminhar os arquivos corrigidos.

6.5 O requisitante terá o mesmo prazo de **até 15(quinze) dias corridos** para reanálise dos arquivos.

6.6 Aprovados os arquivos será encaminhado o **atestado de aprovação**, que autoriza a CONTRADA emitir a nota fiscal do serviço executado.

6.7 O descumprimento de qualquer prazo para a entrega dos arquivos será caracterizado inadimplência contratual com a devida aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

6.8 Os serviços devem ser executados de acordo com as condições do Termo de Referência.

6.9 O Fornecedor vencedor se obriga a cumprir plenamente o previsto no artigo 121 da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

7. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

7.1 A Empresa Contratada deverá cumprir, na execução dos serviços, os prazos determinados para execução e entrega;

7.2 Os serviços, que por ventura, mal executados, terão que ser corrigidos e todas as despesas correrão por conta e risco da empresa contratada; consideram-se como serviços mal executados, supressões, alterações injustificadas no texto originalmente enviado ou quaisquer outras que cause algum prejuízo à CONTRATANTE ;

7.3 A UNIFAL-MG, através do organizador, Luís Antônio Groppo, fiscalizará o andamento dos serviços e realizará o recebimento definitivo;

7.4 Em hipótese alguma, poderá a empresa contratada alegar desconhecimento das condições deste Termo de Referência.

8. DA GARANTIA

8.1 Para o cumprimento da garantia, a responsabilidade por todas as despesas diretas ou indiretas que venham a surgir do envio, devolução, reparo(s) do(s) material(ais), é da empresa vencedora, ficando, a UNIFAL-MG, isenta de qualquer responsabilidade sobre o custeio da substituição/reparo(s) do(s) material(ais).

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 Os recursos para atendimento ao objeto da presente Dispensa de Licitação Eletrônica, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria, conforme Despacho Administrativo da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo e pela apresentação do documento fiscal, desde que atendidas às exigências deste Termo de Referência em Conta corrente bancária da EMPRESA VENCEDORA, através do Banco do Brasil S/A;

10.2 O documento Fiscal terá que ser emitido obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo documento Fiscal emitido com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz;

10.3 Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal);

10.4 No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município;

10.5 Poderá ser deduzido do documento Fiscal o valor de multa aplicada;

10.6 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR VENCEDOR enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

11. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO/ REGISTRADO

11.1 O FORNECEDOR CONTRATADO/ REGISTRADO obriga-se a:

- a) Manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Dispensa Eletrônica efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas;
- b) Acusar o recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço, através de mensagem correio eletrônico;**
- c) Executar o serviço conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades dos serviços a qualquer momento constatadas pelo responsável pelo acompanhamento da execução, no cumprimento das obrigações assumidas nesta Dispensa de Licitação Eletrônica;
- e) Prover e manter condições que possibilitem o atendimento das demandas previstas firmadas a partir da homologação da Dispensa de Licitação Eletrônica;
- f) Ressarcir os eventuais prejuízos causados à UNIFAL-MG e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na Dispensa de Licitação Eletrônica;
- g) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações, e quaisquer outras que forem devidas ao(s) seu(s) empregado(s), referentes à execução do objeto, ficando, ainda, a UNIFAL-MG isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;
- h) Pagar pontualmente, seus fornecedores e suas obrigações fiscais, relativas ao objeto desta Dispensa de Licitação Eletrônica, exonerando a UNIFAL-MG de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
- i) Arcar com todas as despesas operacionais, incluindo despesas de transporte e entregas necessárias ao fornecimento do objeto.
- j) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todos os serviços contratados;
- k) Todos os dispositivos deste Termo de Referência deverão ser seguidos rigorosamente.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 A UNIFAL-MG obriga-se a:

- a) solicitar, a execução do serviço, cujo preço encontra-se registrado na homologação da Dispensa de Licitação Eletrônica;
- b) efetuar o pagamento ao fornecedor no valor total, através de nota(s) fiscal(is) do serviço entregue, após atestado de aprovação;
- c) observar para que, durante a emissão da Nota de Empenho, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Dispensa de Licitação Eletrônica, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- d) acompanhar e fiscalizar a perfeita a execução e entrega do serviço; e
- e) recusar os serviços que estejam em desacordo com as especificações registradas neste Termo de Referência da Dispensa de Licitação Eletrônica.

13 MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1 A Empresa interessada em participar desta Dispensa de Licitação Eletrônica terá que examinar o Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica, disponíveis no sítio Compras do Governo Federal link de acesso: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no sítio da Universidade Federal de Alfnas – UNIFAL-MG, no endereço: www.unifal-mg.edu.br/licitacoes, link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento ou solicitá-los através do endereço eletrônico: compras@unifal-mg.edu.br. Alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus Documentos de Habilitação ou na Proposta.

14.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes à Dispensa de Licitação Eletrônica deverão ser enviados **até às 10 horas do dia útil anterior** ao prazo de abertura para a disputa dos lances da Dispensa de Licitação Eletrônica, **exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: compras@unifal-mg.edu.br**.

14.3 Em tendo necessidade de prorrogar a data de abertura desta Dispensa de Licitação Eletrônica, os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados **até às 10 horas do dia útil anterior** ao novo prazo de abertura para a disputa dos lances da Dispensa de Licitação Eletrônica e também deverão ser enviados **exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: compras@unifal-mg.edu.br**.

14.4 Os pedidos de esclarecimentos enviados fora do prazo estabelecidos nas cláusulas 14.2 e 14.3 não serão apreciados.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme artigo 155 e incisos, o fornecedor/adjudicatário que:

15.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente

devidamente justificado;

15.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

15.2 O fornecedor/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas da Lei 14.133/2021, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções previstas no artigo 156 e incisos da Lei 14.133/2021:

15.2.1 Advertência;

15.2.2 Multa:

15.2.2.1 multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na entrega do material caracterizando inexecução parcial;

15.2.2.2 compensatória no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor remanescente do contrato.

15.2.3 Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos;

15.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados, artigo 156, § 1º e incisos da Lei 14.133/2021:

15.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a

gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16 DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133/2021

Alfenas, 26 de outubro de 2022.

Prof. Dr. Luis Antônio Groppo
Pesquisador
Professor Requisitante
UNIFAL-MG

Profª Drª Vanessa Bergamin Boralli Marques
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG
UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Bergamin Boralli Marques, Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação**, em 27/10/2022, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0839880** e o código CRC **EFC7567D**.